

OS SIGNOS DO OUTRO:
A EXPERIÊNCIA LINGÜÍSTICO-CULTURAL DA ALTERIDADE

ANDRÉ MING*
(FFLCH/USP)

ABSTRACT:

Since the early contacts among different civilizations, man concerned himself with learning another language. This experience has not only allowed him to have access to a new culture but has also made it possible for him to review his own image, through the contact of his *Weltanschauung* with that of others. With an overt process of globalization and dissolution of frontiers, alterity relationships became the subject of a new scientific discipline, Xenology, whose areas of interest include the teaching and learning of languages, as we demonstrate in our study. In the three parts of this article, therefore, we discuss the relationship between the three basic concepts of Xenology — language, thought and culture — and the learning of foreign languages.

INTRODUÇÃO

“Quero falar da descoberta
que o **eu** faz do **outro**.
O assunto é imenso.”
(Tzvetan Todorov¹)

Um estudo dedicado ao universo do ensino e da aprendizagem de segundas línguas/ línguas estrangeiras², dada a sua complexidade intrínseca, pode-se concentrar em inúmeros aspectos respeitantes a planos tais como o metodológico, o político, o das relações entre teorias lingüísticas e a aplicação de seus conceitos à prática, entre inúmeros outros, sem

*O autor expressa seus agradecimentos aos Professores Doutores Vojislav A. Jovanovic (FEUSP) e Manoel Antônio dos Santos (FFCLRP-USP), leitores críticos deste texto, pelas brilhantes objeções e o inestimável apoio, e à Professora Doutora Claudia Dornbusch (FFLCH-USP), xeno-incentivadora, por tudo.

¹ In: _____. *A conquista da América*. 1. ed., 3. reimp., São Paulo: Martins Fontes, 1993. (p. 3).

² Neste trabalho, adotaremos a distinção que se faz, no seio dos estudos acerca do Ensino de Línguas, entre as expressões *língua estrangeira* e *segunda língua*, ausente na fala quotidiana, cujos conteúdos, embora obviamente apresentem grande quantidade de semas comuns, distinguem-se basicamente por atribuir-se, à primeira, o contexto de estudos de uma língua não-materna num país onde outra(s) é/(são) falada(s), enquanto que, à segunda, compete o estudo de línguas não-maternas por um não-falante nativo dessa língua, no país em que ela é falada como L1. De qualquer modo, nosso trabalho cuidará apenas de refletir acerca do ensino de línguas estrangeiras.

sequer aproximar-se de um esgotamento da vasta demanda de pesquisas que a área requer. Entretanto, cremos haver certas questões situadas mais propriamente na base do tema que, embora bastante exploradas em outros ramos das Ciências Humanas, têm passado despercebidas na maior parte dos itens bibliográficos disponíveis sobre o Ensino de Línguas Estrangeiras e deveriam, portanto, ser consideradas e argüídas em trabalhos referentes ao tema. Logo adiante, trataremos de introduzi-las devidamente ao leitor. Por hora, retomemos, na primeira seção, algumas passagens importantes do desenvolvimento das Ciências da Linguagem, constituintes de um embasamento teórico fundamental para a exposição ulterior de nossos argumentos. Essas considerações cuidarão de transpor-nos, entre o segundo e o terceiro segmentos deste artigo, a nossa problemática *per se*.

1. LINGUAGEM, PENSAMENTO E CULTURA

“Tupi or not tupi. That is the question.”
(Oswald de Andrade³)

A emersão da Ciência Lingüística ao conhecimento geral, no século XX, mediada pela publicação de anotações dos conteúdos das aulas ministradas por Ferdinand de Saussure, na Suíça, organizadas por alguns de seus alunos, revolucionou a forma, até então vigente, de se pensarem os fenômenos da linguagem. Por extensão, outras tantas áreas do conhecimento beneficiaram-se de suas descobertas. Alguns efeitos comprobatórios desta segunda afirmação correspondem a adoções dos preceitos estruturalistas por outras disciplinas, como a Antropologia de Lévi-Strauss e a Teoria Literária praticamente como um todo. Mais tarde, a Semiologia (ou Ciência dos Signos na vida social) originar-se-ia na Europa como fruto das evidências contidas nas reflexões do lingüista suíço: fazia-se necessário, em decorrência da introdução às Humanidades de uma teoria cientificamente estruturada acerca da linguagem verbal, o desenvolvimento de uma outra mais abrangente – e complementar à primeira – que tratasse dos outros sistemas sígnicos. Nos Estados Unidos, entrementes, Charles Sanders Peirce, influenciado por outras fontes e tendo Kant e sua *Crítica da razão pura* como principal fundamento a influenciar a constituição de sua filosofia, inaugura a doutrina denominada Pragmatismo e, como resultado da criação de sua Ideoscopia, traz à razão, numa compilação de todo o saber multidisciplinar aflorado de sua consciência após décadas de incessantes estudos e amadurecimento intelectual, a sua Semiótica ou, como também usou batizá-la, Lógica Formal dos Signos.

Também sem contatos diretos com a Lingüística, Sigmund Freud, partindo da Psicanálise, disciplina que criou após ter-se dedicado à Neurologia, revela-nos certas descobertas revolucionárias sobre a natureza da mente humana, como a ação do desejo, a neurose e suas raízes, bem como o caráter não-instintivo da nossa sexualidade. E postula, também através da Psicanálise, que pensamento e linguagem constituem uma estrutura dual e indissolúvel, já que o primeiro só se dá através da segunda, e esta não se justifica

³ Trechos do manifesto publicado no primeiro número da *Revista de Antropofagia*.

senão como sua mediadora. Ademais, a prática psicanalítica consiste basicamente num trabalho de e com a linguagem, assim como se articula nos discursos e mesmo nos sonhos. Na verdade, tamanha é a fusão de linguagem e pensamento que se poderia, neste contexto teórico, sem perda de precisão, mencionar a ocorrência de parassinonímia. Posteriormente, unindo Psicanálise e Lingüística, Jacques Lacan (como também o fizera, a seu modo, Peirce) associou o conceito de signo às bases do próprio pensar e adotou noções diversas da ciência de Saussure em seus textos de cunho *psi*.

De fato, a relação entre homem e mundo tem como elemento mediador o pensamento; a relação entre homens medeia-se, num contexto social, pelos signos (Lopes, 1995: 16). Desta forma, uma função indissolúvel se estabelece entre linguagem e ideologia:

internalizada como mecanismo de primeira socialização no psiquismo de cada indivíduo na fase da sua aprendizagem, a língua natural carrega consigo os valores da sociedade de que esse indivíduo é membro; assim, ao aprender a língua do seu grupo, cada indivíduo assimila também a sua ideologia (=sistema de valores grupalmente compartilhados). (Lopes, 1995: 16-7)

Estes exemplos devem constituir um vago (porém contundente) panorama do interesse que os estudos científicos acerca da linguagem (verbal e/ou não) vêm despertando, sobretudo desde a Modernidade, no espírito investigador humano, que passa a enxergar, de modo geral, o mundo como linguagem.

Como conclusão tem-se, pois, que a linguagem, antes de tudo, é fator determinante da distinção entre nós e os outros animais e justifica a existência do Mundo da Cultura, intrinsecamente relacionado à natureza, mas com relativa autonomia em suas formas de desenvolvimento. De fato, os humanos são todos dotados do dispositivo de aquisição da linguagem (termo cunhado por Stephen Krashen) e dele se utilizam com êxito, salvo os que tiveram esse processo de aquisição interrompido ou impossibilitado por algum fator excepcional. Conquanto ingressem no Mundo da Palavra (ou cultural), dá-se a definição de seu lugar nesse contexto, ou de sua subjetividade. A língua constitui um sistema autônomo mas, nas palavras de Martinet (1974: 144), “as necessidades da comunidade influenciam a estrutura lingüística que, por sua vez, determina a concepção que os sujeitos falantes se fazem do mundo”.

A aquisição da linguagem, porém, como certamente nos compete aqui salientar, não consiste, malgrado um sem-número de crenças que erroneamente tendem a fixar-se nesse sentido, de um processo instintivo, como por exemplo, o de caminhar. Se, de um lado, o aparelho fonador é geneticamente propenso a servir-nos na articulação dos sons através dos quais nos expressamos, de outro, o ingresso à Palavra depende essencialmente da inserção do indivíduo num contexto sociocultural. A língua é “uma herança puramente histórica do grupo, produto de um uso social prolongado. Varia como variam todos os esforços criativos – não tão conscientemente talvez, mas pelo menos tão evidentemente quanto as religiões, as crenças, os costumes, e as artes dos diferentes povos” (Sapir, 1980: 11-13). A Semiótica de Peirce é também bastante válida para que se justifiquem estas reflexões de Sapir, à medida em que ressalta que os signos lingüísticos (legissignos), pertencentes à terceira categoria de sua Ideoscopia, a da generalização, mediação ou legislação (e, no âmbito classificatório dos signos, dos símbolos), derivam de uma espécie

de lei cultural que os estabeleceu como formas fixas a serem utilizadas na comunidade para expressar isto ou aquilo, de certo modo indo ao encontro, ainda, das considerações saussureanas a respeito da arbitrariedade e da oposição necessária entre os diferentes signos lingüísticos, frutos de uma sistematização coletiva e intencional, porém não necessária.

Como afirmaria Lajonquière⁴, em alusão a uma *boutade* de Lacan, as crianças nascem reduzidas a porções de carne, ossos e unhas; a aquisição da linguagem, via contato social, leva-as a tornarem-se sujeitos do desejo, em termos psicanalíticos, por meio de um processo simbólico de demarcação de seu espaço no plano cultural (cf. teoria lacaniana do Estádio do Espelho). De tudo isso, resultaria a formação da mente de cada indivíduo, ou o “mundo” dos interpretantes de Peirce. Cada ser humano lida, na verdade, com os símbolos registrados referentes a cada elemento⁵ exterior a si com que trava contato em sua vida. No nível da mente, é um ser essencialmente simbólico, cujo pensar consiste numa manipulação de representações registradas daquilo que supostamente veio a conhecer: *grosso modo*, dos signos.

2. DIVERSIDADE LINGÜÍSTICO-CULTURAL: ESTUDOS XENOLÓGICOS

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português

(Mário de Andrade, Erro de português⁶)

As línguas, cuja origem é tema que permanece envolto por uma espessa nebulosa, como é próprio de tudo aquilo que, sendo naturalmente pré-verbal, não se pode transpor à linguagem e, portanto, compreender de fato, são sistemas de símbolos representantes dos recortes feitos por seus falantes da realidade que os circunda. Destarte, processos psicológicos, históricos, socioculturais, políticos, econômicos etc. estão intrinsecamente envolvidos na determinação da existência da pluralidade lingüística, sem que nos concedam, entretanto, uma explicação precisa para o fenômeno, constituinte de preocupação para o homem há milênios. Tenha-se como exemplo o episódio bíblico da Torre de Babel.

Desde que se observe que uma cultura funda-se e mantém-se tão-somente na linguagem, tem-se como necessário que a tomada de contato com uma outra cultura corresponda a um (re)conhecimento do sistema lingüístico dessa comunidade e, por consequência, um acesso aos conhecimentos, padrões e valores mantidos por esse povo

⁴ In: _____. *De Piaget a Freud*. Petrópolis: Vozes, s.d.

⁵ Em conformidade com a teoria peirceana, referimo-nos a todo e qualquer tipo de fenômeno (existência externa ou qualquer projeção mental).

⁶ In: _____. *Poesias reunidas*. 5. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, sd. (p. 177).

como traços idiossincráticos de sua organização social⁷. É importante salientar que, tendo-se constituído a subjetividade de um indivíduo numa dada cultura, as marcas desse processo não mais se diluirão, mesmo que ele passe a conviver com outros povos, em outros lugares. Na essência, a sua percepção de todos os fenômenos corriqueiros dessa nova cultura será diferente da dos ali nascidos e “criados”, por mais acostumado a ela que possa vir a tornar-se. Seu modo de encarar o “novo mundo” estará impregnado dos valores adquiridos na sua cultura de origem; ocorrerá sempre uma espécie de filtragem do novo: um contrapeso entre as duas culturas e sistemas de valores.

Lévi-Strauss cunhou o termo *alteridade* para denominar o tipo de relação que se tem com o *outro*. Referia-se, originalmente, ao contato entre civilizações distintas. Palavra “etimologicamente proveniente de *alter* em latim, no sentido de outro, em oposição a *ego* – eu; designa outros indivíduos, os que são diferentes” (*sic*) (Dornbusch, 1997: 13-4). A diferença passa, portanto, a ser apreciada cientificamente no século XX e, como resultado desses estudos, surge uma área de investigação denominada Xenologia, termo proveniente do radical grego *xenos* – estrangeiro, estranho (*op. cit.*: 14).

A questão da alteridade vem encontrando uma expressiva ascensão entre pesquisadores e estudiosos. Não se faz demasiado difícil compreender, na contemporaneidade, o porquê desse fato: a mídia nos tem inclusive bombardeado diariamente com suas manchetes sobre a globalização. Aproximados por razões múltiplas que concernem à Economia, à Política, à Ciência (na medida em que medeia o surgimento de inovações tecnológicas corroborantes para tal), os povos não encontram mais possibilidades de recolherem-se em seus territórios nacionais e permanecerem isolados dos *estranhos*, como o Japão de muitas décadas atrás ou a África e as Américas pré-colonização. Um programa televisivo dominical costuma referir-se ao resultado dessa aproximação inevitável das culturas como “aldeia global”. A ocidentalização, se bem que valendo-se de outros meios, pronuncia-se, em tempos neoliberais e neocoloniais, de modo e em velocidade muito mais intensos e, para grande parte da humanidade, mais violentos que outrora. Estas colocações mostram-nos que, seja para louvar, rechaçar ou meramente registrar o fenômeno de aproximação sócio-político-econômico-cultural de todos os povos, jornalistas, teóricos, cientistas e cidadãos de todo tipo debruçam-se sobre o tema e procuram compreendê-lo à luz da análise de diversos aspectos observáveis.

De outro lado, uma gama de indivíduos simplesmente vivencia o fato de forma muito direta há milênios: são os estrangeiros. Independentemente de estarmos nos globalizando ou o que se queira asseverar nessa direção, sabe-se que a relação entre vários povos habitantes de um mesmo território (por sua vez, pertencente a somente um deles) está registrada na História desde os mais remotos tempos. Escravizados como os judeus no antigo Egito, combatidos como os mouros e cartagineses na Ibéria anexada por Roma, vitoriosos durante séculos como os turcos otomanos nos Bálcãs, exterminados como os judeus da Europa Central à época hitleriana ou incorporados à população “oficial” do país

⁷ “A análise que cada língua pratica na realidade resulta na apreensão de um aspecto particular de uma série de operações, e esse aspecto focalizado difere de uma para outra comunidade de falantes” (Lopes, 1995: 22).

como os latino-americanos habitantes de espaços estadunidenses na atualidade (e já reconhecidos como lucrativa porção do mercado consumidor), os estrangeiros sempre provocaram nos nativos dos territórios onde se instalavam (ou eram instalados, como os escravos africanos no Novo Mundo) as mais díspares reações, nem sempre muito pacíficas.

Abordando a temática à luz de teorias psicanalíticas, filosóficas, sociológicas e históricas, Julia Kristeva, não por mera coincidência linguísta búlgara residente na França, analisa a questão do estrangeiro sob ângulos diversos: do ponto de vista dele, dos povos receptores, de suas sensações, das possíveis razões para sua evasão. Parte da afirmação de que a relutância geral à sua aceitação é resultante também do (des)encontro de um estrangeiro dentro de nós mesmos: “Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço em que se afundam o entendimento e a simpatia. Por reconhecê-lo em nós, poupamo-nos de ter que detestá-lo em si mesmo. Sintoma que torna o ‘nós’ precisamente problemático, talvez impossível, o estrangeiro começa quando surge a consciência de minho surge a consciência de minho nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades” (Kristeva, 1994: 9). Em assim sendo, o estranho ou *das Unheimliche* de Freud manifesta-se no interior de cada um de nós e evidencia-se quando do contato com o outro. Os efeitos da presença do estrangeiro numa dada comunidade lingüística e cultural sempre suscitaram reações as mais diversas – entre elas, a sensação de que a própria identidade esteja posta em xeque, ameaçada. Kristeva procura debater ainda, em seu texto, a possibilidade de convivência das duas culturas (formação do “nós”), de modo que nenhuma ceda necessariamente à outra ou por ela permita-se extinguir e, concomitantemente, vejam-se ambas acrescidas das importantes contribuições do novo resultantes desse contato.

Nessa mesma linha, Dornbusch (1998, *passim*) lembra-nos que o olhar estrangeiro deve ser encarado como um elemento enriquecedor da relação consigo mesmo ou, em nossas palavras, com a cultura da qual inevitavelmente tornamo-nos co- -autores desde a aquisição da linguagem. Afinal, o estrangeiro possui uma visão de nós diferente da que mantemos e, por meio de um diálogo entre as duas formas de pensar, pode-se encontrar um conjunto interseção muito mais amplo, mediador de novas descobertas acerca do *eu*, nosso maior mistério. A autora menciona, num outro trabalho (1997), em argumentos mais especificamente voltados à sua principal área de atuação, a dos Estudos Literários numa perspectiva multicultural, a contribuição valiosa que o olhar estrangeiro concede às pesquisas em sua disciplina, por trazer à tona *outros* focos analíticos dos mesmos aspectos temáticos. Esta perspectiva garantiu um novo tipo de otimismo aos pesquisadores da área e, recentemente, o surgimento da Germanística Intercultural, com o objetivo de “desmistificar este posicionamento [de que “na Alemanha, a instituição de ciências da cultura no sentido de *area studies* continua sendo o patinho feio da pesquisa e do fomento da pesquisa”, segundo Alois Wierlacher, “um dos pioneiros da área”], destacando o valor hermenêutico da diversidade cultural” (1997: 20).

Segundo a estudiosa, os trabalhos “clássicos” dedicados à alteridade atinham-se a realizar registros de características do elemento *alter*, “destacando meramente a sua condição de outro ... a partir da diferença empírica, sem o enfoque intercultural” (1997: 21). A valorização muito mais recente do sentido hermenêutico nessas pesquisas permitiria

o surgimento de correntes teóricas fundamentadas em concepções muito diferentes das relações *eu – outro*. Um bom exemplo é a Estética da Recepção de Jauss, surgida na ex-Alemanha Ocidental da década de 80, a valorizar o potencial estético da estranheza, representada pelo leitor – considerado, desde então, em certa medida, co- -autor da obra de arte a cuja apreciação se dedica.

Um outro estudo de extrema relevância para a Xenologia é *A conquista da América* de Todorov. Como deve-se perceber através do título, o cientista remonta à história da ocidentalização das Américas para não apenas reconstruir os fatos que a compõem mas, sobretudo, com vistas a tratar da questão da alteridade cultural a partir de dados de escopo socio- e antropológico, em espaço e tempo precisamente delimitados (século XVI, regiões do México e do Caribe). De suas muitas preciosas asserções, optamos por registrar em nosso texto as componentes do capítulo *Tipologia das relações com outrem*.

Todorov identifica três estágios distintos da tomada de contato com o outro, numa “delimitação” que “não deve ser confundida com a diversidade que se observa num só eixo” (1993: 184). Trata-se dos planos axiológico, praxiológico e epistêmico, nos quais se situa a problemática da alteridade, correspondentes, respectivamente, a um julgamento de valor, ou uma determinação do que se sente pelo outro (se se gosta dele ou não) e de qual é a posição de importância que eu lhe atribuo (se igual ou inferior a mim, “pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho auto-estima...”); a uma aproximação ou afastamento com relação ao outro, implicando na adoção de seus valores ou na imposição a ele dos meus; finalmente, ao conhecimento ou ignorância da cultura alheia (1993: 183⁸). Valer-nos-emos destas considerações alhures, durante o desenvolvimento de nosso texto.

Quando, porém, questionamos os postulados de Todorov à luz da realidade cultural do Brasil contemporâneo, somos incitados a discordar de parte do que se insere em sua descrição do plano axiológico da alteridade. Seria demasiado ilusório crer que o brasileiro de hoje seja acometido por ímpetos de auto-estima tais como o sugerido pelo autor, frente às constantes crises econômicas e sociais que atravessamos e que nos projetam às margens do sistema político mundial; o mesmo se observa em qualquer sociedade classificada como “do Sul”, em oposição aos países “do Norte” ou desenvolvidos (respectivamente, antigos Primeiro e Terceiro Mundo, terminologia inviável após a dissolução do Segundo Mundo). O plano cultural, naturalmente, sofre de forma especial as conseqüências do neocolonialismo, sobretudo o conduzido pelos Estados Unidos e nações européias ricas.

ALVES denomina invasão cultural esse “exclusivismo dos modelos norte-americanos e sua adoção sumária pela nossa população, sem chances de adotar postura crítica ou processo de reelaboração, em prejuízo tanto da população brasileira como da de outras nacionalidades” (1989: 9). Trata-se da adoção inconsciente dos modelos estrangeiros, sem que se permita ao influenciado optar por ela, e do paulatino abandono de sua própria identidade, a contrariar os ideais de diálogo intercultural pregados por Kristeva. Os resultados disso incluem perda de “nossas raízes, identidade e a riqueza das diversidades regionais, bem como nossa individualidade e a percepção de problemas e interesses de

⁸ Apenas os trechos entre parênteses consistem em reproduções literais do texto citado.

classe” (Alves, 1989: 8). “Além disso, não conhecemos devidamente nosso passado de modo a ter acesso a outra realidade histórica que possa testemunhar algum ‘modo brasileiro de viver’ que não seja o de nossa cultura invadida” (*op. cit.*: 7). Em assim sendo, percebe-se que as formas de dominação direta ou indireta implicam a dissolução de uma das culturas em favor da hegemonia de outra, o que anula qualquer possibilidade de diálogo e colaboração.

De acordo com Sapir (1980: 153), o intercâmbio cultural dos povos, concretizado inicialmente no plano lingüístico, é tão antigo quanto as mais primitivas organizações sociais humanas, e podia estabelecer-se de modo hostil ou amistoso, envolvendo trocas que vão do comercial ao espiritual (arte, religião, ciência). O autor menciona ainda o fato de que, em muitas tribos primitivas, já ocorriam casamentos de cônjuges pertencentes a povos distintos, o que representava, por extensão, a união das duas culturas (acrescentamos que, ainda hoje, entre os poucos “nobres” restantes nos regimes governamentais monárquicos da Europa, o item nacionalidade praticamente nenhuma importância possui quando se trata de uniões matrimoniais; um bom exemplo disso é a Espanha pós-Franco: o rei Juan Carlos é nascido em Roma, e descendente dos Bourbon franceses; a rainha Sofia, por sua vez, é grega). Ainda com relação à influência que duas ou mais línguas e respectivas culturas exercem entre si, o lingüista assevera que

frequentemente (...) é acentuadamente unilateral. A língua de um povo que é tido como centro de irradiação de cultura está naturalmente em melhores condições para exercer influência apreciável em outras línguas faladas na vizinhança do que para se deixar influenciar por elas. Durante séculos, o chinês abarrotou os vocabulários do coreano, do japonês, do anamita, e nada recebeu em troca. Na Europa ocidental dos tempos medievais e modernos, o francês exerceu ação semelhante, embora provavelmente menos intensa. O inglês, por exemplo, adotou um imenso número de palavras dos invasores normandos (...) (1980: 153).

Atualmente, observa-se nos Estados Unidos o surgimento de uma nova língua natural, o *spanglish*, fruto da fusão entre as culturas anglo-saxônica (dominante) e latina (marginal), prevalentes no país. Stavans observa que “o impacto do *spanglish* é ‘inevitável’ e, com a hispanização, irá ‘nos forçar a reconsiderar a história dos EUA de maneiras ainda não imaginadas’” (*apud* Peres, 2001: 5). Ao contrário da visão otimista de Stavans, o historiador Mike Davis observa que a latinização em processo nos Estados Unidos não impede a população hispânica do país de ver-se banida da maior parte dos benefícios sociais. (*op. cit.*: 5; Peres, 2001a: 10-1). O que se dá, de fato, é uma incorporação dos hispânicos por parte do mercado, que passa a enxergá-los como fontes certas donde advêm recursos para a acumulação de capital. Novamente, tem-se a dominação agindo, mas num exemplo que condiz mais com o conceito de diálogo intercultural. Percebe-se que ambas as culturas vêm assimilando elementos da outra: para Stavans, o sucesso crescente de artistas pop latinos nos Estados Unidos (ao que se sabe, bem disseminado entre os não-hispânicos), como Ricky Martin, Jennifer Lopez e Christina Aguilera, confirma a ampla penetração de sua cultura no país (Peres, 2001: 5).

A questão do outro, de modo mais geral, constitui, com propriedade, preocupação de estudos filosóficos nas mais diversas correntes de pensamento. Procuramos, neste item, abarcar algumas teorias e reflexões (de *outros*) que, conforme nos parece, conferem-nos a

este texto um embasamento teórico minimamente suficiente para que possamos prosseguir nossas reflexões mais diretamente associadas à alteridade como elemento intrínseco, característico e necessário da prática de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras/segundas línguas.

3. A ALTERIDADE E A APRENDIZAGEM DAS SEGUNDAS LÍNGUAS

“Com cada língua que aprende,
você se torna *mais um* homem.”

(Ditado popular húngaro)

O estudo e a aprendizagem de língua estrangeira e de segunda língua estão basicamente associados à questão da alteridade. Trata-se, pois, da procura do outro, da aproximação com ele, após, provavelmente, tê-lo aprovado num julgamento prévio inevitável⁹. A confirmar todas as considerações que fizemos a respeito da relação indissolúvel própria dos componentes da tríade língua – cultura – pensamento, note-se que, quando há necessidade de que um integrante de dada cultura entre em contato com os de outra, ele não pode, de modo algum, prescindir da aprendizagem de sua língua, o código essencial para o estabelecimento do diálogo, da troca, da interação. Destarte, atribuir a essa diferença (que naturalmente separa as línguas e distingue seus falantes) a responsabilidade dos problemas próprios/típicos da prática do ensino de línguas consistiria apenas, como se extrai da sabedoria popular, em “chover no molhado”. A aprendizagem de uma língua estrangeira é, antes de mais nada, um curvar-se ao *outro*, ao que trilha caminhos diversos do *meu*, ao que (também) julga estar em vantagem, quando comparados os seus sistemas aos meus e aos de outrem; um estender-lhe o braço e procurar caminhar passos assemelhados aos seus. Desejar profundamente que esta jornada não cause certas amarguras seria o mesmo que negá-la em toda a sua idiossincrasia. Além disso, trata-se de uma atividade detentora de certos desafios de ordem epistemológica presentes, obviamente, em toda tentativa de aprendizado.

Visitemos o que Dornbusch assevera a respeito dos vocábulos “estrangeiro”, em Português, e “fremd”, em Alemão:

Cabem, neste ponto, alguns comentários acerca do termo estrangeiro. Em alemão, o adjetivo correspondente fremd pode significar tanto estrangeiro, quanto estranho como algo extraordinário, novo, que não me parece familiar, podendo causar estranheza, espanto ou estranhamento. Em português, os termos estranho e estrangeiro não coincidem num único vocábulo, enquanto em alemão, os sentidos se entrelaçam e complementam. Esta gama de sentidos representa com exatidão as sensações do leitor brasileiro face a um texto literário alemão: um misto de surpresa, incompreensão, curiosidade e estranheza. A expressão consagrada Deutsch als Fremdsprache, significando correntemente alemão como língua estrangeira, poderia também ser entendida como língua estranha, o que, de fato, é pertinente, devido a suas inúmeras inflexões, declinações e outros obstáculos hostis ao aprendiz afeito a um outro mundo cultural (sic) (1997: 13).

⁹Correspondência com os supramencionados planos praxiológico e axiológico da alteridade, por Todorov (1993: 183).

O tipo de estranheza causado pelo contato com a língua do outro pode advir, como se observa no excerto acima transcrito, devido às diferenças próprias do sistema lingüístico, de suas estruturas morfossintáticas, fonológicas e semânticas. Por ser polissêmico, o adjetivo alemão *fremd* reflete em si várias faces do conceito de alteridade: o fato de tratar-se de algo estrangeiro, originário de outro país, num primeiro plano, e a estranheza provocada pelo (re)conhecimento da diferença, como consequência. Dornbusch aborda, ainda, aspectos da recepção da língua alemã por falantes do Português.

De outro lado, devemos considerar que uma língua enquanto veículo de comunicação não se reduz tão-só ao plano estrutural, mas a uma função cujos fúntivos são o enunciado e o contexto de sua aplicação. Neste segundo elemento originam-se diferenças talvez mais marcantes entre as línguas e seus falantes.

3.1. Diferenças pragmáticas

A Pragmática ou Praxiologia, disciplina que se dedica ao estudo do *uso* da língua, ou à função pragmática dos sistemas de signos, correspondente, na tipologia de Peirce e Morris (APUD LOPES, 1995: 17), às relações entre signos e usuários, vem dando origem a grande sorte de trabalhos contrastivos entre as várias culturas, dos quais emergem conclusões cientificamente reveladoras de divergências culturais e comportamentais de diversos povos manifestas no nível da *parole* (Saussure) ou do desempenho (Chomsky). O tipo de contribuição oriunda desses trabalhos é, evidentemente, de sumo interesse para a condução de uma pesquisa que tematiza a alteridade e o processo de ensino e aprendizagem de línguas não-maternas.

A partir de uma análise da ocorrência de casos de dissensão em diálogos do Alemão, bem como das Estratégias de Trabalho da Face empregadas nestes atos pelos falantes germânicos, Meireles (1997) deu prosseguimento a suas pesquisas anteriores acerca da negação sintaticamente explícita em diálogos do Português e do Alemão¹⁰. Segundo os resultados dessa primeira pesquisa, “a primeira grande divergência no uso da NEGAÇÃO em ambas as línguas é na realidade semântico-pragmática, sendo que os falantes brasileiros parecem sub-utilizar elementos sintáticos negativos em categorias semânticas de negação que implicam contestação da ilocução ou do valor de verdade de conteúdos apresentados pelo interlocutor” (1997: 3). Este exemplo demonstra que uma análise empírica da realização das línguas por seus falantes permite ao pesquisador averiguar divergências entre as formas como são empregadas nas situações comunicativas, o que reflete, num nível mais profundo, a alteridade cultural. Isso influi de modo cabal no contexto de ensino/aprendizagem de uma L2 e, sobretudo, nas circunstâncias em que será requerido do aprendiz o emprego direto da língua estudada, especialmente quando em contato com seus falantes nativos. O desconhecimento de certas rotinas próprias do uso de uma língua por seus falantes denuncia o estrangeiro, o que, de fato, é bastante natural; entretanto, em alguns casos, pode originar situações de constrangimento e ruídos e cismas na comunicação.

¹⁰ MEIRELES, Selma M. *A negação sintaticamente explícita em diálogos falados do português e do alemão*. Dissertação de Mestrado (mimeo). São Paulo: DLM/FFLCH/USP, 1991.

Os dados levantados por Meireles vêm ainda confirmar os correntes estranhamentos do modo de ser de um povo, refletido em sua desenvoltura lingüística (com a associação dos signos não-verbais envolvidos nos atos comunicativos), pelos membros de um outro. No caso, trata-se das tão freqüentemente comentadas falta de polidez alemã *versus* os rodeios por vezes excessivos dos brasileiros. A autora menciona um artigo de jornal publicado na Inglaterra, em 1996, no qual era abordada a tendência brasileira de se “navegar em torno dos negativos por meio de expressões propositadamente vagas como ‘pode ser’, ‘vamos ver’, ‘se der’, da qual (sic) os brasileiros diariamente se apropriam para desviar da palavra ‘não’ ” (sic) (1997: 1). Segundo afirma, diversas pesquisas demonstram que os alemães “assumem seu ‘pólo rude’ frente a outras culturas”, e outros trabalhos registram comparações de mesmo escopo entre alemães e norte-americanos (cabendo aos primeiros o perfil rude e, aos segundos, o mais cortês; no caso da supramencionada comparação entre brasileiros e americanos, estes já são tidos como os rudes em face dos “cortesês” brasileiros) (1997: 1).

Conforma acrescenta adiante,

tal comparação é a raiz dos preconceitos e, embora seja condenada com horror pelos politicamente corretos de todo o mundo, nada pode ser feito para refreá-la, pois, a partir do momento em que o indivíduo toma consciência de seu *ego* como distinto daquele do *outro*, a comparação centrada no modelo próprio e o juízo de valores são inevitáveis. Além do mais, não se pode negar que, se tais contrastes são sentidos por vários membros de uma mesma cultura, eles realmente existem e não podem ser simplesmente descartados como invenções de indivíduos preconceituosos (1997: 1).

Neste trecho, a autora conseguiu sintetizar os postulados básicos da relação de alteridade: as implicações próprias do reconhecimento do outro e de suas diferenças. A Pragmática pode, portanto, por meio de trabalhos interculturais, trazer contribuições valiosas aos estudos xenológicos, ao passo em que viabiliza a formulação de conceitos resultantes de pesquisas nas quais se analisam as diferenças dos usos das diferentes línguas por seus falantes, reveladoras de traços essenciais de suas culturas. Modo, aliás, muito eficaz de se combaterem os *pré*-conceitos constituintes de empecilhos à celebração ideal da diversidade, ou aceitação do outro.

O professor de L2 desempenha certamente, neste processo, o papel de porta-voz da cultura que representa em sala de aula. Deve conhecê-la profundamente, se de fato não a integra, e transmitir aos aprendizes conhecimentos extra-lingüísticos intimamente relacionados, pois, com a língua ensinada. Infelizmente são poucas as instituições de ensino que de fato oferecem ao aprendiz um curso de L2 que atenda a certas exigências que visam à garantia de uma mínima qualidade para as aulas ministradas. Os elementos basilares a serem aportados por parte do professor a um curso de L2 que se pretenda coeso são, sem distinção de ordem, conhecimentos sólidos da e sobre a L2 e preferencialmente também da e sobre a L1 de seus aprendizes, no caso de haver uma comum a todo o grupo, além de conhecimentos atualizados do arsenal teórico existente sobre Metodologia e Didática da língua alvo. Para manter uma mínima coesão com os dados trabalhados neste texto até o momento, também se espera que o professor de L2 esteja a par dos acontecimentos políticos e culturais das sociedades falantes e transformadoras da língua alvo. Essas informações devem ser trazidas à sala de aula e diluídas em atividades comunicativas que levem o

aprendiz a um inevitável confronto dessa nova realidade com a sua própria, partindo do pressuposto básico de que nenhuma das duas culturas exerce a função de padrão frente à outra, e que cada qual representa uma coletividade e um conjunto de realidades assentados sobre outras bases socio-históricas. Obviamente cremos que leituras adicionais sobre a alteridade e os estudos xenológicos devam ser de importância ímpar para a formação de um bom profissional da área.

Considerando todas as informações contidas neste trabalho, asseveramos que as questões de pertinência teórica referentes ao estudo e à aprendizagem de línguas estrangeiras e segundas línguas, um todo multidisciplinar, integram também os estudos xenológicos. Cremos que apenas de posse de pelo menos um balanço geral dos conceitos desenvolvidos no seio deste campo de investigação possam o pesquisador ou o metodólogo conduzir suas pesquisas na área de modo coerente e que enfoque os aspectos culturais e, por extensão, políticos envolvidos nessa temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. F. (1989). *A invasão cultural norte-americana*. 1. ed., São Paulo: Moderna.

DORNBUSCH, C. S. (1997). A consciência da diferença: estranho, estrangeiro, alteridade. In: _____. *Um cânone da literatura alemã nos trópicos*. Tese de Doutorado (mimeo). São Paulo: DLM/FFLCH/USP.

_____. (1998). O olhar estrangeiro. In: *Pandaemonium Germanicum*; revista de estudos germânicos; nº 2. São Paulo: Humanitas. (p. 13-21).

KRISTEVA, J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco.

LOPES, E. (1995). *Fundamentos da Lingüística contemporânea*. 14. ed., São Paulo: Cultrix/Editora da USP.

MARTINET, A. (1974). *A Lingüística Sincrônica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MEIRELES, S. (1997). *A Dissensão e as Estratégias de Trabalho da Face em diálogos do alemão e do português*. Tese de doutoramento (mimeo/publicada). São Paulo: DLM/FFLCH/USP.

PERES, M. F. (20.05.2001). A nova antropofagia. In: *Folha de São Paulo – Mais!* São Paulo, p. 4.

_____. (20.05.2001a). Fronteira do capital (entrevista com Mike Davis). In: *Folha de São Paulo – Mais!* São Paulo, p. 10-1.

SAPIR, E. (1980). *A linguagem*; introdução ao estudo da fala. 2. ed., São Paulo: Perspectiva.

TODOROV, T. (1993). *V. A conquista da América*; a questão do outro. 1. ed., 3. reimp., São Paulo: Martins Fontes.